



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade - Instituto de Ciências Sociais - U.M. - Guimarães - nº 4 - Novembro de 1998

SUMÁRIO

Editorial:

Falando de Demografia Histórica...
Maria Norberta Amorim

Um investigador apresenta-se:

Jorge Brandão

Artigo:

As fontes judiciais nos estudos de população e sociedade - o exemplo dos juízos de paz
Jorge Brandão

Boletim da ADEH

Carlota Santos

Congressos:

I Encontro Minho/Minas Gerais

I Encontro das Misericórdias do Alto Minho

Teses de Doutoramento:

Ana Silvia Volpi Scott

Notícias:

Eleições para a comissão directiva do NEPS

Eleições da ADEH

Prémio de História
"Alberto Sampaio 1998"

Falando de Demografia Histórica...

Maria Norberta Amorim
(Coordenadora)

A base essencial de trabalho do demógrafo do contemporâneo são os recenseamentos da população. Os cuidados a ter na elaboração de um recenseamento preocupam os institutos específicos, desde a marcação da data, à elaboração dos questionários, à recolha dos dados, ao tratamento dos mesmos. Como resultado do recenseamento espera-se conhecer os efectivos populacionais e a sua repartição geográfica nos diversos níveis considerados, a distribuição da população por idade e por sexo (permitindo a elaboração de uma imagem gráfica imediata – a pirâmide de idades), o estado matrimonial, além de outras informações como o nível de escolaridade, as categorias sócio-económicas ou a tipologia dos agregados domésticos. Depois de apreender o significado dos dados recolhidos, com base no tipo de questionários (se se perguntou aos recenseados a data de nascimento ou a idade, qual a classificação usada para as categorias da população activa...) e de proceder à crítica desses mesmos resultados (são comuns os erros de cálculo, as imperfeições nas declarações...), o demógrafo está em condições de partir para a análise dos resultados.

O ponto de partida do demógrafo do contemporâneo, os recenseamentos, constitui, quase sempre, um inatingível ponto de chegada para o historiador demógrafo. O trabalho deste último processa-se numa orientação inversa à do primeiro. É com base na identificação dos indivíduos nos seus momentos vitais, num percurso longo, que o historiador demógrafo desenvolve as suas

análises nos planos da nupcialidade, fecundidade, mobilidade ou mortalidade. Identificar num dia dado, num ano dado, todos os indivíduos residentes numa circunscção territorial definida, só em condições muito particulares de domínio de fontes e de tratamento sistemático das mesmas poderá estar ao seu alcance.

No caso português, em que o primeiro recenseamento geral da população com carácter científico data de 1864, não estará interdita, para períodos anteriores, a nível local, essa identificação, podendo vir a conhecer-se com rigor o número de habitantes e a sua distribuição por sexo, idade, estado civil, eventualmente por nível sócio-económico e por tipologia de agregados domésticos.

As fontes que nos podem permitir esse resultado existiriam teoricamente, em dimensão plurissecular, a cobrir o território nacional. Refiro-me aos assentos de baptizados, casamentos e óbitos, registados caso a caso, paróquia a paróquia, e às séries de róis de confessados elaboradas por cada pároco para servirem na Quaresma de cada ano. Com a alienação dos róis de confessados principalmente nos últimos anos, restam-nos infelizmente poucas possibilidades de desenvolver de forma abrangente esse trabalho de cúpula da Demografia Histórica.

A minha preocupação com a exploração de róis de confessados tem mais de 15 anos (em 1983 publicava *Exploração de róis de confessados duma paróquia de Guimarães- 1734-1760*; em 1995 no nº 29 de *Ler História* dava

uma divulgação maior às potencialidades da fonte). Passei muitas horas de trabalho aparentemente infrutífero no computador, formando *bases de dados* copiando um rol de um determinado ano, duplicando depois esse ficheiro com vista a introduzir-lhe as alterações encontrados no rol do ano seguinte, quer para a freguesia da Oliveira em Guimarães, ou para a freguesia de Ronfe, do mesmo concelho, ou ainda para a freguesia de S. João do Pico, nos Açores, com vista à informatização da informação disponível. Os primeiros resultados desse pesado trabalho não me satisfaziam, ou porque os programas informáticos não eram os mais indicados ou porque as oscilações de residência das famílias de ano para ano ou as alterações nos códigos usados pelos párcos introduziam perturbações de domínio difícil. Só nos últimos meses, depois de desistir da duplicação automática de um rol com vista à elaboração da lista do ano seguinte, logrei atingir sobre a freguesia de S. João os objectivos mais ambiciosos. Consegui para três momentos anteriores a 1864, para o dia 1 de Abril de 1799 e o mesmo dia de 1819 e de 1847, transformar o rol de confessados de cada um desses anos num recenseamento, abrindo caminho a um processo de informatização sistemática do movimento da população da freguesia, ano a ano.

Os róis de confessados de S. João são fontes de delicado e difícil tratamento. Só entrada a década de 1870 é arrolada pelo pároco toda a população. Nas décadas anteriores apenas é registada a população obrigada a preceitos quaresmais: os menores (dos sete aos 12/14 anos), obrigados ao sacramento da confissão e os maiores, obrigados à confissão e comunhão. Também antes da década de 1870 só há informações esporádicas sobre as idades dos arrolados. Do que dispomos efectivamente nos róis de confessados da freguesia de S. João anteriores a 1874 são listagens anuais de indivíduos obrigados aos sacramentos, organizadas por fogos e locais de residência, com indicação do estado civil e da relação de dependência entre os membros do fogo, sendo os solteiros isolados, os casados e os viúvos referidos pelo nome próprio e apelidos e os dependentes solteiros apenas pelo nome próprio, uns e outros sem

indicação da idade. Uma informação importante que sempre existe, caso a caso, é a indicação de morte ou afastamento em relação aos arrolados em cada ano e a inserção no fim do fogo ou à margem do mesmo do nome dos elementos novos que serão integrados no ano seguinte. Do mesmo modo que aqueles que saem para longas ou curtas distâncias, os filhos casados são dados como saídos do fogo, assim como os solteiros que vão servir de criados na própria paróquia. No entanto, as dificuldades para o tratamento adequado desta fonte são tão grandes quanto as virtualidades da mesma. De facto, os róis de confessados analisados isoladamente não oferecendo as vantagens de um recenseamento também não chegam a permitir o estudo credível da estrutura das famílias. Uma constatação que facilmente extraímos do cruzamento da informação dos registos paroquiais com os róis de confessados é a de que fogo, unidade básica do rol, não coincide necessariamente com residência, sinónimo de lar, a unidade básica para o estudo da estrutura das famílias. É situação corrente o registo no fogo contíguo do filho ou filha que casa ou o desfazer de um fogo quando a mãe ou o pai se isola pela morte do cônjuge ou afastamento dos filhos solteiros. O fogo é uma unidade contribuinte e um filho que casa em casa fica sujeito aos direitos paroquiais, passando a ser contado como chefe de fogo ou cabeceira. À morte dos elementos da primeira geração, os filhos solteiros podem justificar a continuidade do fogo, ao lado do irmão casado. Assim, analisados isoladamente, os róis de confessados podem conduzir o investigador a resultados falseados em termos da estrutura das famílias, da mesma forma que nos interditam o conhecimento da real dimensão da população a que se referem e o conhecimento da sua estrutura por sexos e idades.

Renunciando ou não a uma análise da estrutura das famílias pelas dificuldades encontradas, podemos lançar-nos à difícil tarefa de transformar os róis de confessados em recenseamentos, tendo como pano de fundo a base de dados com a paróquia reconstituída. Trata-se é certo de um trabalho de grande delicadeza e extrema morosidade que, neste caso concreto, lográmos apenas desenvolver nos três momentos referi-

dos. A escolha do dia primeiro de Abril para identificar os residentes prendeu-se com a própria datação do relatório final que acompanha cada rol.

Vejamos o que nos escreve o Reitor da Igreja nesse relatório final para o ano de 1799:

Eu, António Álvares Pereira Pimentel, Reitor actual desta Paroquial de S. João Baptista do termo da vila das Lages do Pico, indo pelas portas dos fregueses da mesma paroquial, no tempo costumado a fazer o rol, achei que havião duzentos quarenta e seis fogos, e que neles residião outto centos, trinta e tres almas; maiores sette centos trinta e sette, que satisfizerão aos preceitos, da confissão e sagrada comunhão; e menores noventa e seis, que cumprirão com o preceito da confissão, segundo as suas capacidades. O que, salvo qualquer erro, affirmo nos Santos Evangelhos. Dada nesta dita Freguesia aos 6 do mês de Abril de 1799. (segue-se a assinatura do pároco)

De facto, o rol seria organizado em função do acompanhamento na Quaresma de cada ano do cumprimento dos preceitos a que todos e cada um dos fregueses eram obrigados, sendo anotados no ano seguinte as alterações de cada fogo, com vista à elaboração do novo rol. Os indivíduos falecidos entre o início de Abril de 1799 e o mesmo período do ano seguinte são identificados no rol de 1799 com o termo *obiit*, os indivíduos que saíram do fogo no mesmo espaço de tempo são identificados com o termo *deest*, não sendo registados os seus nomes, num e noutra caso, no rol de 1800. Os nomes das crianças que atingem em 1800 a idade de confissão aparecem referidos à margem ou intercalados nos respectivos fogos no rol de 1799, bem como os filhos regressados ou novos cônjuges de chefes de fogo. Só dominando esse código seguido pelo pároco de S. João (não necessariamente o mesmo código seguido em outras comunidades e regiões do país), podemos partir para o trabalho de cruzamento do rol com a paróquia reconstituída com o objectivo da sua transformação num recenseamento.

Nesse sentido, organizei uma base de dados, tentando a identificação, fogo a fogo, de cada indivíduo residente,

com atribuição das datas pertinentes de nascimento, primeiro casamento e óbito, indicação de nascimento legítimo ou fora do casamento, naturalidade, profissão e estado civil no ano em causa. Foi também considerada a posição hierárquica de cada indivíduo dentro do fogo, com o número de ordem a partir do chefe com seguimento pelos dependentes, estes com indicação do grau de parentesco ou outro tipo de relação com aquele. Identificadas as famílias foram inseridos na ordem pertinente em cada fogo todos os menores de sete anos sobreviventes no ano em estudo.

Não foi um trabalho fácil. A frequência de homónimos particularmente no sexo feminino não permite um cruzamento automático com a base de dados já disponível decorrente da reconstituição da paróquia. Foi preciso em muitos casos seguir na série de róis os percursos de residência para chegar à pretendida identificação. Tratou-se de um processo de grande morosidade, mas que conduziu a resultados claramente satisfatórios. Para 1799, identificámos pelo nascimento 93,8% de

todos os indivíduos residentes; para 1819 foram 94,1%, para 1847 foram 91,9%. No primeiro caso 40 indivíduos residentes nasceram fora da comunidade, conhecendo-se de 15 deles a data do nascimento, dada a reconstituição já feita das paróquias contíguas de S. João. No segundo caso, eram 101 residentes nascidos fora, conhecendo-se de 38 a data do nascimento. No terceiro caso, os nascidos fora eram 91, conhecendo-se de 40 a data do nascimento. A não identificação pela data do nascimento para os naturais foi apenas de 4% em 1799, de 3% em 1819 e colocou-se nos 5% em 1847.

Nesses casos em que não conseguimos a identificação pela data de nascimento, ou porque a naturalidade se referia a paróquias ainda não reconstituídas ou porque entre os naturais se deu sub-registo no acto de baptismo, ou porque não conseguimos a identificação (o caso mais saliente foi o dos criados), a idade foi estimada em função da idade ao óbito apontada pelo pároco, ou das idades médias ao casamento de um e outro sexo ou ainda, no caso das mulheres, da idade média ao nascimento do último filho. Para indivíduos solteiros, sem ligação directa de parentesco com o cabeça de fogo, o acompanhamento da sua residência nos róis, procurando o momento de passagem de *menor a maior*, permitiu em

alguns casos uma maior aproximação à idade na data pretendida. Nos casos de impossível determinação, como os criados com simples nomes próprios correntes e com grande mobilidade, fez-se uma distribuição pelas faixas etárias mais jovens.

De todo este processo um primeiro resultado saliente é a contagem dos residentes nesses anos escolhidos. Em 1799 residiriam de facto em S. João 990 pessoas, sendo 153 não obrigadas aos preceitos quaresmais e, portanto, não arroladas pelo pároco. Em 1819, a população crescera para 1102 pessoas e os menores de sete anos eram 165. Em 1847 a freguesia atingia o seu maior nível de população com 1399 habitantes, sendo 244 não obrigados a preceitos quaresmais. No primeiro caso temos 15,5% de população não arrolada, no segundo caso 15,0%, no terceiro caso 17,4%, o que nos dá importantes indicações sobre movimentos demográficos que as análises desenvolvidas a partir da reconstituição da paróquia nos permitem aprofundar.

Retomando a ideia já expressa anteriormente (Boletim do NEPS, nº 3) de que há que encontrar vias de acesso de diferentes investigadores às fontes secundárias que o historiador demográfico produz, chamamos a particular atenção para o diálogo com os demógrafos do contemporâneo.

NEPS - Reinscrições recebidas

OLIVEIRA, Luisa Maria Alves de	Lugar de S. Miguel de Baixo Lote 7 Entr. G. 4º Post	4810	Guimarães
MESQUITA, Maria Hermínia Morais de	Urb. Dos Merouços, Via F, Lote 4 R/C Dtº	5340	M. de Cavaleiros
FREITAS, Elisabete Branco Saraiva de	Quinta da Botica, lote 6 Estrada 175 – 4º D Caldelas	4800	Guimarães
VENANCIO, Renato Tinto	Rua Monsenhor Horta 58 – Mariana – Minas Gerais	35 420 000	Brasil
FERREIRA, João Antero Gonçalves	Lugar da Coutada, S. Paio de Vizela	4815	Caldas de Vizela
ALMEIDA, Hermenegildo F. Guimarães	Vilões Pedome V. N. Famalicão	4765	Pedome
SILVA, Jorge Manuel Bastos da	Rua da Rasa, 171 – 3º Esqº	4400	Vila Nova Gaia
TEIXEIRA, Luís José Cardoso	Bairro Sá Carneiro Bloco B Nº 1	5450	Vila. Pouca Aguiar
OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira G. Silva	Rua Arnaldo Gama, 78	4000	Porto
PINHO, Manuel Fernandes Soares	R. Antº Joaquim Guimarães. 1347 – Rates	4490	P. Varzim
CASTRO, Maria de Fátima Ferreira	R. Cândido Oliveira – 139 – 5º Dto.	4710	Braga
SOARES, Moisés Peixoto	Av. Antero Quental, nº 102 – 6º Dto. – S. Victor – Braga	4700	Braga
GODINHO, Anabela Silva de Deus	R. da Esperança, nº38, Vila Fria	2780	Oeiras

NEPS

Eleições para a comissão directiva

No próximo mês de Dezembro estão ultrapassados dois anos sobre a institucionalização do nosso Núcleo. A sua primeira Comissão Directiva chega ao fim do mandato, impondo-se a abertura de novo processo eleitoral.

Recordo que, segundo o Regulamento aprovado em plenário, a Comissão Directiva do NEPS deve ter a seguinte composição:

- a) Director
- b) Um a quatro investigadores doutorados
- c) Um a quatro investigadores não doutorados e com o grau de mestre
- d) Um a quatro investigadores não doutorados e sem o grau de mestre

A eleição é feita por corpos:

- a) O Director é eleito por todos os membros do Núcleo de entre os professores catedráticos e associados em efectividade de funções na Universidade do Minho. O peso atribuído na votação do corpo de investigadores doutorados é de 60%.
- b) O/s investigador/es doutorado/s é/são eleito/s entre e pelo corpo de doutorados do Núcleo.
- c) O/s investigador/es com o grau de mestre é/são eleito/s entre e pelo corpo de mestres do Núcleo.
- d) O/s investigador/es sem o grau de mestre é/são eleito/s entre e pelo corpo de restantes membros do Núcleo.

Não havendo de momento alternativa para o Director do Núcleo, há lugar para a eleição ou reeleição dos restantes membros da Direcção

PROPOSTA SOBRE O PROCESSO ELEITORAL

Dados os desafios que se apresentam ao Núcleo, de resposta cada vez mais exigente e imediata, é aconselhável que a Comissão Directiva ganhe nova operacionalidade. Entre os processos de eleição, a apresentação de candidaturas pelo sistema de listas, integrando cada lista todos os corpos, em obediência ao Regulamento, pode apresentar-se com importantes virtualidades.

Proponho que:

1. Se considere aberto em 1 de Dezembro próximo o processo eleitoral para os membros cessantes da Comissão Directiva.
2. A Comissão Eleitoral seja constituída pelos seguintes elementos: Fernando Miranda, Isabel Fernandes e Elizabete Pinto (efectivos) e Miguel Monteiro e Odete Paiva (suplentes).
3. Até 15 de Dezembro dêem entrada na Secretaria do NEPS eventuais listas concorrentes à Direcção do Núcleo para o biênio 1999-2000 .
4. No dia 16 de Dezembro se envie pelo correio para cada membro do NEPS um envelope contendo as eventuais listas concorrentes.
5. Até 28 de Dezembro se receba na Secretaria do NEPS, pelo correio ou em mão, os votos relati-

vos às eventuais listas, por parte dos eleitores que não tiverem possibilidade de estar presentes no momento da votação (de salientar que cada investigador, pelo Regulamento, só poderá votar nos membros da lista pertencentes ao corpo em que integra- de doutorados, de mestres ou outro).

6. No dia 29 de Dezembro, pelas 15 horas se proceda à eleição da Comissão Directiva do NEPS, com os investigadores presentes, considerando a eventual existência de listas concorrentes e a eventual existência de votos pelo correio.

7. Esta proposta se considere aceite se, até 15 de Dezembro próximo, não for recebida na Secretaria do NEPS contestação à mesma (por correio ou presencial) por parte de pelo menos um terço do número de investigadores que se encontrarem inscritos em 1 de Dezembro próximo.

Não sendo aceite a proposta proceder-se-á à eleição no dia 29 de Dezembro, pelas 15 horas, da forma que a Assembleia convocada para o efeito achar mais conveniente.

Guimarães, 25 de Novembro de 1999

A Directora do NEPS

Maria Norberta Amorim
(Professora Catedrática)

Investigador apresenta-se:



Nascido a 11 de Setembro de 1963 em Braga, onde ainda reside, Jorge Alberto Brandão é casado e tem um filho.

Tendo completado os seus estudos secundários no Liceu Sá de Miranda em Braga, Jorge Brandão é licenciado pela Universidade do Minho, em Ensino de História e Ciências Sociais desde Junho de 1986.

Em 16 de Julho de 1993 defendeu Tese de “Mestrado” em História das Populações na Universidade do Minho, com a classificação final de “Muito Bom”. A dissertação teve como tema “Tensões numa comunidade rural do Baixo Minho – Adaúfe e seu Juízo de Paz (1835-1880)”, foi orientada pelo Professor Doutor José Viriato Capela (da Universidade do Minho) e arguida pela Professora Doutora Maria de Fátima Brandão, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Actualmente Professor do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Secundária de Amares, onde exerce presentemente funções, Jorge Brandão foi, entre 1990-1994, Assistente-Convitado no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, leccionando a disciplina de “Metodologia do ensino da História e Ciências Sociais”. Durante esse período foi também responsável pela supervisão pedagógica de estágio em escolas do ensino básico e secundário.

Jorge Brandão tem colaborado em diversas edições do Mestrado em “História das Populações” com sessões

sobre as áreas em que desenvolve a sua investigação.

No âmbito da formação contínua de professores, integra, como formador, o Centro de Formação da Associação de Professores de História, colaborando na acção “A história local numa perspectiva de integração no ensino da História”.

Jorge Brandão é ainda dirigente da Associação de Professores de História, sendo membro do Conselho Consultivo Nacional da Associação e Presidente da Comissão Directiva Regional de Braga. Neste âmbito, tem participado em diversas actividades associativas, colaborando na organização de outras, nomeadamente dos Encontros de Professores de História do Distrito de Braga, com a 4ª edição em preparação.

Sobre o trabalho que tem vindo a desenvolver, Jorge Brandão deu a conhecer ao “Boletim Informativo do NEPS” que tem centrado a sua investigação **«no estudo do século XIX, baseando-se sobretudo no trabalho com documentação judicial e, mais recentemente, em cadernos eleitorais e imprensa»**.

PUBLICAÇÕES

Das suas publicações, Jorge Brandão destaca:

- “Tensões numa comunidade rural do Baixo Minho – Adaúfe e o seu Juízo de Paz (1835-1880)”, Tese de Mestrado em “História das Populações”, Policopiado, Braga, Universidade do Minho, 1993.

- “Conflitos Sociais em Adaúfe (1835-1880) – Uma perspectiva a partir dos livros do juízo de paz”, “Bracara Augusta”, nº 96, Braga, 1993.

- “Tensões no quotidiano das populações rurais do Baixo Minho (1835-1880)”, in Actas do 1º Encontro Internacional “O quotidiano na História Portuguesa”, Lisboa, (no prelo).

- “Conflituosidade social no meio rural do Minho, no século XIX”, in Actas do V Colóquio Galaico – Minhoto, (no prelo).

- Experiências de exploração dos Arquivos Escolares – o caso do Arquivo da Escola Secundária Sá de Miranda, (em colaboração), in Actas do Colóquio “O Liceu de Braga e a Reforma do Ensino Liceal de Jaime Mo-

niz (1894-1895)”, realizado na Escola Secundária Sá de Miranda em Braga, em Abril de 1995 (no prelo).

- “A Maria da Fonte nas Memórias de Braga, do Dr. Chasco”, in Actas do Congresso “Maria da Fonte – 150 anos”, edição da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1996.

- “Os juízos de paz na orgânica judiciária do liberalismo português”, in Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1997.

- “Formar opinião na aula de História – uma experiência pedagógica sobre a Guerra Colonial”, Caderno Pedagógico – Didáctico, nº 17, Lisboa, A. P. H., 1998.

- “Os Jovens e a História – Desafios para o ensino e aprendizagem da História”, in O ensino da História, Boletim da A. P. H., (III série) nº 10/11, Lisboa, 1998.

PROJECTOS

Como projectos de investigação, Jorge Brandão prepara já o futuro e apresenta-nos três vertentes fundamentais: **«Primeiro, tenho em curso um estudo da estrutura social de Braga no final do século XIX/início do século XX, baseado no levantamento e tratamento de diversos tipos de documentação: judicial, camarária, cadernos eleitorais, registos paroquiais, imprensa, almanaques, entre outros. Em paralelo, tenho em preparação uma edição crítica das “Memórias de Braga” (1828-1849), da autoria de João Baptista Vieira Braga, o “Dr. Chasco”, a partir de manuscritos existentes no Arquivo Distrital de Braga. Por último, iniciarei já uma investigação no âmbito das metodologias de ensino – aprendizagem da disciplina de História, fazendo parte da equipa que, no âmbito da Associação de Professores de História, realiza um estudo de investigação educacional intitulado “Concepções dos Professores sobre o Ensino da História”»**.

Rolando Costa

As fontes judiciais nos estudos de população e sociedade – o exemplo dos juízos de paz

Ao longo dos últimos anos temos assistido a um forte desenvolvimento da produção historiográfica – e no âmbito de outras ciências sociais – realizada em torno dos estudos de população e sociedade. Uma das grandes virtualidades destes trabalhos de investigação é, no meu ponto de vista, a utilização e cruzamento de variadas fontes documentais – algumas pouco exploradas – proporcionando significativos avanços metodológicos e novas abordagens às temáticas em apreço.

De entre a documentação com mais potencialidades para os estudos sobre a população e a sociedade afigura-se-nos da maior importância as fontes judiciais cuja utilização não deixa de colocar alguns problemas metodológicos. Sendo fontes em grande parte inexploradas torna-se, a meu ver, necessário fazer uma análise de algumas das suas características fundamentais.

A utilização de fontes judiciais em Portugal, sobretudo em estudos do período contemporâneo, tem sido relativamente diminuta, ao contrário do que tem acontecido noutros países, nomeadamente em Espanha e França, onde a utilização massiva desta documentação tem, desde há largos anos, permitido o aparecimento de variados trabalhos. Todavia gostaria de salientar os trabalhos de Irene Maria Vaquinhas nomeadamente a obra *Violência, Justiça e Sociedade Rural – Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Afrontamento, 1995, exemplar na demonstração das potencialidades desta documentação.

A utilização de documentação judicial pode ser encarada basicamente dentro de três perspectivas:

Como complemento e ilustração de abordagens a temáticas de carácter económico, social ou político, estudadas basicamente a partir de outros tipos de fontes. Nesta perspectiva, as fontes judiciais são complementares, secundárias, apenas servindo de meio de confirmação ou promenorização dos resultados obtidos de outras fontes. Sendo, mesmo assim, um contributo muito importante que esta documentação

pode proporcionar, será uma utilização redutora e restritiva se se limitar a este ponto de vista.

Num outro ponto de vista que ainda hoje permanece fortemente enraizado, as fontes judiciais passaram a ser sobretudo utilizadas em estudos que abordam temáticas nas margens da história social tradicional, nomeadamente no âmbito da criminalidade, delinquência, violência ou dos movimentos e revoltas populares. São temáticas que têm vindo a ganhar peso crescente no âmbito historiográfico e em que a utilização de documentação de tipo judicial – sejam processos judiciais, registos de polícia, estatísticas criminais, relatórios ou outros – tem representado um contributo de inegável valor. Nesta linha, têm sido desenvolvidos alguns trabalhos em Portugal, nomeadamente os de José Tengarrinha, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, Maria Alexandre Louzada, Nuno Gonçalo Monteiro, Rui Feijó, João Lourenço Roque, José Pacheco Pereira, entre outros.

Mais recentemente, e não pondo de parte as restantes abordagens, a documentação das justiças – à semelhança dos documentos protocolares e notariais – têm sido estudadas como reveladoras das relações sociais nas comunidades, de tensões individuais ou colectivas do quotidiano das populações, não tanto na perspectiva de fenómenos “marginais” ou “extraordinários”, mas como elementos da vivência diária das pessoas. É um ponto de vista que, não pondo de parte nenhuma das anteriores abordagens, abre novas perspectivas à utilização das fontes judiciais.

Qualquer que seja a abordagem que queiramos privilegiar, torna-se imperativo termos em linha de conta algumas características decorrentes da natureza da documentação judicial.

A natureza jurídica, a sua origem no aparelho administrativo-judicial informam fortemente a produção dos documentos judiciais. Quando analisamos documentação judicial provinda do século XIX português, e foi esse período que estudámos, não podemos deixar de ter em linha de conta a marca ideológica que o Estado liberal e burguês

cunhou na ordem jurídica que foi construindo. A nova orgânica da administração judicial, as constantes alterações legislativas, a entrada em vigor de vários códigos ao longo deste século, são produtos da nova ordem liberal, que não podemos deixar de tomar como referências quando utilizamos a documentação judicial deste período.

A leitura e análise de fontes judiciais requer um cuidado especial, tendo em conta não só o contexto da sua produção mas também o fim a que se destinavam. Estamos perante documentos escritos, descritivos de situações de comunicação em presença, num espaço institucional. Os processos judiciais são documentos produzidos por um funcionário da administração judicial, que os redige, normalmente, a partir de formulários ou questionários previamente elaborados.

O enquadramento num espaço institucional – o tribunal – perante um representante de um poder institucionalizado – o juiz – e com o registo elaborado por um funcionário administrativo – o escrivão – são factores de condicionamento dos testemunhos registados na documentação que vai, mais tarde, ser objecto de estudo por parte do historiador.

Acresce a isto que estes testemunhos são feitos por pessoas envolvidas, de alguma forma, nos processos em disputa e por isso empenhadas em fazer prevalecer um determinado ponto de vista, que lhes seja favorável. Deste modo, o que o historiador vai encontrar num processo judicial é, para além dos dados identificadores das partes envolvidas no processo, um conjunto de descrições transmitidas por indivíduos envolvidos no processo, registadas por um funcionário da administração judicial – em muitos casos estranho à comunidade ou região e que dificilmente penetra na “intimidade” das populações – seguindo normas e formulários determinados ao nível estatal.

O que estas fontes, como todas as outras, nos dão são “imagens refractadas”, cabendo, desse modo, ao historiador extrair dessas imagens indirectas os elementos de que necessita. Sendo estas

fontes elaboradas por entidades exteriores à comunidade importa vê-las como uma “memória provocada” de uma determinada sociedade, à qual nos é dado, deste modo, acesso.

Embora de uma forma geral as características apontadas anteriormente para os processos e fontes judiciais se possam aplicar aos processos dos juízes de paz, estes apresentam algumas características peculiares que os diferenciam dos restantes.

Tal como os outros, os processos dos juízes de paz que analisámos obedecem no seu registo ao cumprimento de um formulário previamente estabelecido por determinação estatal, pelo que, a maior do corpo do processo – Identificação, Citação, Conclusão – mais não é do que a aplicação dessas fórmulas.

Contudo, partes importantes dos processos – nomeadamente as descrições dos memoriais e os termos de conciliação entre as partes – apesar de denotarem alguma modelação dada pelos escrivães, parecem não estar muito longe, quer em termos de linguagem, quer em termos de autenticidade, dos testemunhos dos indivíduos envolvidos nos processos. O aparecimento nestas partes dos processos de regionalismo, alcunhas ou expressões bem características da linguagem popular, são, a meu ver, prova disso. Esta ideia é reforçada pelo facto de um grande número de registos serem extremamente minuciosos nas descrições apresentadas o que, para além de aumentar a sua riqueza informativa, nos dá a percepção de um maior rigor na sua elaboração.

Estes indicadores parecem-me de grande importância, contribuindo para o reforço da ideia de que as fontes judiciais – e do meu ponto de vista, particularmente as dos juízes de paz – são, comparativamente a outras, as que reflectem o mais fielmente possível o pensamento e acção das populações locais.

Por isso é que cada processo judicial nos fornece “pedaços de vida” que poucas outras fontes nos proporcionam e é também nessas fontes que nós podemos encontrar, como em poucas outras, “palavras do povo”, nomeadamente daqueles grupos de pessoas que,

por regra, não nos deixaram memória escrita.

Há ainda outros factores específicos que não podemos deixar de tomar como relevantes quando analisamos a documentação dos juízes de paz. Não podemos esquecer que as justiças de conciliação eram, no século XIX, as instâncias da administração da justiça mais próximas das populações, proximidade essa que resulta de vários aspectos.

Um desses aspectos decorre do facto de que, quer o juiz de paz, quer o escrivão, serem também eles membros da comunidade em que exercem aquelas funções. Ao contrário do que acontece com muitos registos documentais dos diversos níveis da administração que são, por norma, produzidos por funcionários estranhos à comunidade, os processos dos juízes de paz eram elaborados por escrivães que residiam obrigatoriamente na freguesia em que exerciam o seu ofício, estando, por isso, necessariamente mais próximos das realidades que registavam.

O escrivão do juiz de paz, embora sendo um funcionário da administração judicial, com determinadas habilitações, recebendo emolumentos pelas suas funções, é, de qualquer forma, um elemento da população, que conhece os modos de vida, os problemas, as dificuldades da vida dos restantes membros da comunidade.

Assim, os processos registados nos livros dos juízes de paz, embora obedecendo a determinadas regras e formulários, que enformam as fontes judiciais e administrativas em geral, são produzidas num contexto de maior proximidade à realidade dos factos relatados nos processos, conferindo às descrições dos processos um carácter menos formal, com uma linguagem viva e com relatos das ocorrências claros e minuciosos que nos permitem uma mais fácil aproximação às situações vividas.

Temos também que ter em consideração que o próprio juiz de paz não era um estranho para as populações. Era um seu conterrâneo, provavelmente até, um vizinho ou parente, cuja autoridade imanava não só de uma imposição do Estado, mas também da escolha daqueles que o elegeram. O próprio espaço institucional onde decorria a tentativa conciliatória era, certamente, mais informal do que um tribunal, já que

decorria na própria casa do juiz de paz eleito.

Uma outra característica destes processos que convém sublinhar, decorre da natureza das funções atribuídas aos juízes de paz. Estes juízes tinham, no período a que se reporta o nosso estudo, funções conciliatórias em determinados tipos de demandas. A natureza conciliatória das funções, o carácter paternal desta forma de justiça, reguladora das tensões existentes, vai restringir, obviamente, ao âmbito e a tipologia das causas ali presentes.

Por um lado, este tipo de fontes documentais, pelas características dos processos ali dirimidos, não permite aprofundar o estudo de determinados tipos de fenómenos – como a violência, a delinquência, a criminalidade ou outras – que normalmente são estudados a partir de documentação judicial, mas proveniente de instâncias superiores da estrutura judicial, onde questões dessas e de outra natureza eram julgadas.

Por outro lado, e como consequência do aspecto anterior, também os “actores” destes processos mantêm as mesmas características das dos outros processos judiciais. Em regra, nesses outros documentos de instâncias superiores, dada a natureza dos processos aí julgados, é posto um enfoque particular em determinados grupos de indivíduos, rejeitados pela sociedade – criminosos, ladrões, mendigos ou parasitas. Pelo contrário, nos processos dos juízes de conciliação, não encontramos, normalmente, esse tipo de indivíduos, sendo o cidadão comum, com os seus problemas do dia a dia que ali ocorre. Nestes processos obtemos um corte transversal na estrutura de uma comunidade. Ali nos aparecem pessoas de todos os níveis socio-profissionais – proprietários, caseiros, jornaleiros, comerciantes, criados, padres, operários, artesãos, ricos e pobres, novos e velhos, gente dos campos ou da cidade, homens e mulheres de uma comunidade ou região que, em diferentes situações, passam pelo juízo de paz, voluntariamente ou não, para tentarem a conciliação nas suas contendas, a litigiarem em defesa dos seus interesses.

A estes aspectos há a acrescentar um outro de igual importância. Os processos dos juízes de paz assumem – à semelhança de todos os processos

judiciais – uma natureza descritiva. Não são, como outras fontes, simples registos de ocorrências, dados estatísticos ou listas de qualquer natureza. São, pelo contrário, descrições longas e minuciosas de ocorrências que, se por um lado comportam grande riqueza informativa, por outro, complicam o tratamento da informação e a sua classificação.

Dáí, a necessidade de, a partir destas fontes, se proceder não só a uma abordagem quantitativa, mas também a um aproveitamento qualitativo das descrições disponíveis.

Das características apontadas parece resultar claro que a documentação dos juízos de paz, não proporcionando abordagens mais comuns com fontes

judiciais, como a violência ou a criminalidade, é de grande riqueza e qualidade se pretendermos partir de outros pontos de vista.

De facto, pela minúcia e riqueza informativa neles contidos este processos constituem uma fonte preciosa para o estudo das sociedades rurais (sobretudo essas, mas também para o meio urbano), como reveladores das relações sociais dentro da comunidade, como indiciadores das tensões e conflitos vividos no âmbito familiar, vicinal ou paroquial, e mesmo como exemplificadores de formas de entendimento e sociabilidade no seio das comunidades.

Contudo, não se pode pôr de lado o contributo inquestionável que estas fontes nos dão em termos de informações de carácter económico, social ou político.

São muitas as informações sobre o quadro económico e social, ao nível do trabalho e da sua especialização, da habilitação, da vida quotidiana, dos hábitos e costumes das populações, do comércio e indústrias nascentes ou,

num âmbito mais alargado, sobre a posse e estrutura da propriedade, sobre as formas de exploração da terra, sobre os utensílios e técnicas utilizadas, sobre as relações vicinais e familiares, sobre as formas de dote e sobre as heranças, sobre a estrutura de poder na comunidade.

Dos dados dos registos podem ainda ser aproveitadas informações diversas sobre a população de uma comunidade. Os dados identificativos das partes contêm, como já referi, informações sobre estado civil, residência, profissão. Estes dados poderão ser utilizados só por si, mas, se cruzados com outras fontes – nomeadamente os registos paroquiais – poderão proporcionar novas perspectivas de trabalho.

Há, como vemos, nesta documentação um potencial informativo que tem sido desaproveitado pelos historiadores, para estudos de carácter socio-económico em geral, e mais particularmente para o estudo do quotidiano, das mentalidades, das tensões, dos conflitos e das relações sociais das populações.

Jorge Brandão

“O maior acontecimento cultural do ano no Alto Minho”
**I ENCONTRO DAS MISERICÓRDIAS
DO ALTO MINHO**

Inserido no âmbito do V centenário da fundação das primeiras Misericórdias em Portugal (1498-1998), realizou-se no passado mês de Outubro o I Encontro das Misericórdias do Alto Minho, o qual constituiu, nas palavras do Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo, proferidas na sessão de encerramento, «o maior acontecimento cultural do ano no Alto Minho».

Subdividido em três sessões, este Encontro constituiu um espaço de reflexão sobre as origens, evolução e actualidade destas seculares instituições, tendo-se organizado com os seguintes objectivos:- Conhecer o processo de criação e implantação social das Misericórdias em Portugal;- Contribuir para a preservação e divulgação do património arquitectónico, artístico

e documental das Misericórdias do Alto Minho;

- Analisar a actualidade das Misericórdias e o seu contributo para a resolução de problemas de natureza social;

- Perspectivar novos trabalhos de investigação.

A Sessão de Abertura realizou-se em Vila Praia de Âncora, no dia 10 de Outubro, sob a Presidência do Bispo da Diocese de Viana do Castelo. Nesta sessão foram apresentadas comunicações relacionadas com as Misericórdias Portuguesas, como instituições de caridade e beneficência ao serviço dos mais carenciados. Os investigadores presentes nesta sessão foram os docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Prof. Doutor José Marques e Prof. Doutor Ivo Carneiro de Sousa, que apresentaram os temas “*Antece-*

dentas das Misericórdias Portuguesas” e “*A Rainha D. Leonor e a Fundação das Misericórdias Portuguesas”*. Além destas, foram apresentadas as comunicações “*As Misericórdias do Alto Minho – Perspectiva Histórica e Actualidade*”, pelo Dr. Teodoro da Fonte, associado do NEPS, “*O Pintor André de Padilha e o Retábulo de N^a S^a da Misericórdia da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo em 1535*”, pelo Prof. Doutor Vítor Serrão, da Faculdade de Letras de Lisboa, e “*A Importância do Património Arquivístico das Misericórdias*”, pelo Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos de Sousa, Director da Torre do Tombo. A Sessão terminou com a intervenção do Governador Civil de Viana do Castelo.

A segunda sessão decorreu em Viana do Castelo, no dia 17 de Outubro, destinando-se às comunicações relacio-

nadas com as Misericórdias do Alto Minho que se localizam nos concelhos do Vale do Lima (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), tendo sido apresentadas seis comunicações. Esta sessão prosseguiu com uma visita guiada à Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo, onde foi apresentado o programa de intervenção no âmbito da sua preservação, pela Escola Profissional de Arqueologia de Marcos de Canaveses, terminando com um Recital de Música de Câmara, pela Escola Profissional de Música de Viana do Castelo.

A terceira e última sessão realizou-se em Valença, com a presença do P.Dr. Vítor Melícias, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, o qual enalteceu o grande evento que estava a ser levado a efeito no Alto Minho, considerando-o como uma das maiores e, provavelmente, a mais completa iniciativa levada a efeito este ano em Portugal, no âmbito das comemorações do pentacentenário da fundação

das primeiras Misericórdias. No seu discurso, analisou estas instituições na sua dimensão histórica e actual, tendo realçado o pluralismo, tolerância e solidariedade destas Santas Casas, bem como o seu carácter e vocação universalista. Na primeira parte da sessão foram apresentadas comunicações relacionadas com as Misericórdias que se localizam nos concelhos do Vale do Minho, ou seja, sobre as Misericórdias de Caminha, Valença, Monção, Melgaço e Paredes de Coura. Na segunda parte, realizou-se um debate/reflexão, subordinado ao tema “*Actualidade e espaço de intervenção das Misericórdias do Alto Minho*”, coordenado pelo Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo, com a intervenção dos Provedores das Misericórdias do Alto Minho, do Bispo da Diocese e do Director de Serviços de Segurança Social do Distrito de Viana do Castelo.

Na opinião de Teodoro da Fonte, associado do NEPS e Mestre em História das Populações, um dos responsá-

veis pela organização deste Encontro, esta iniciativa, que se pretendia circunscrita apenas aos investigadores do Alto Minho, «**acabou por se transformar num acontecimento científico e cultural de dimensão nacional, assegurado pela presença de diversas individualidades civis e religiosas, assim como de alguns dos mais importantes estudiosos destas seculares instituições, tendo contribuído para um melhor conhecimento do passado e também da actualidade das Misericórdias Portuguesas, com particular relevância para as que se localizam no Alto Minho, bem como para a divulgação e preservação do seu valioso património arquitectónico, artístico e arquivístico, o qual representa um fundo documental quase inexplorado e que pode proporcionar o desenvolvimento de inúmeros trabalhos de investigação.**».

Ana Silvia Volpi Scott

Doutoramento em História e Civilização no Instituto Universitário Europeu

Na tarde do passado dia seis de Novembro, foi apresentada, no Instituto Universitário Europeu, em Florença (Itália), a dissertação de Doutoramento de Ana Silvia Volpi Scott.

Com o título “Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)”, este trabalho é uma análise das famílias, das formas de união e de reprodução social na Freguesia de São Tiago de Ronfe, Guimarães. Por sua vez, a análise é desenvolvida a partir do cruzamento nominativo de fontes de gama variada, constituída pelos registos paroquiais, róis de confessados, testamentos, visitas, licenças matrimoniais e alguma documentação de cunho fiscal (décima, manifesto do gado, listas de eleitores,...).

O Júri que presidiu ao acto era composto por Carlo Corsini (Presidente), da Università degli Studi di Firenze, Pina Cabral, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Jaime Reis, do Instituto Universitário Europeu (Florença) e pelo Orientador da Tese, Robert Rowland, do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa.

As críticas à Tese foram positivas e os elogios fizeram-se notar na sala, dado que o Júri considerou o trabalho bem estruturado, considerando que a candidata conseguiu, e muito bem, uma micro-análise num contexto Europeu.

Ao “Boletim Informativo do NEPS”, Ana Silvia Volpi Scott deu a conhecer que este foi **«um trabalho que se desenvolveu ao longo de alguns anos e que contou com o apoio total da Professora Norberta Amorim e do NEPS/U.M.. A partir de uma base de dados organizada através de uma metodologia de Reconstituição de Paróquias, gentilmente cedida, pode tentar reconstruir a história de uma comunidade – S. Tiago de Ronfe -, percorrendo não só os caminhos da Demografia Histórica como da Antropologia, Sociologia e História da Família»**. A concluir, reafirmou terem sido anos de trabalho intenso, **«mas plenamente recompensados pelos resultados alcançados. A aproximação à História da Família e da População em Portugal mostrou as mais variadas e ricas possibilidades de análise que só valorizam os estudos microanalíticos de carácter interdisciplinar»**.

Refira-se que, por unanimidade, a candidata recebeu o título de Doutora em História e Civilização com distinção.

Destaque-se ainda que a dissertação de Doutoramento teve como língua oficial o Inglês, mas, para além deste idioma, Ana Silvia Volpi Scott defendeu o seu trabalho em Português e Italiano.

Como nota final, deixamos o facto de um dos membros do Júri ter salientado diversas citações da Bibliografia utilizada, afirmando mesmo que seria interessante que as publicações do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) fizessem parte do acervo da Biblioteca da Universidade Europeia.

R.C.

Nos dias 20, 21 e 22 de Outubro de 1998

I Encontro Minho Minas-Gerais - População e Sociedade século XVIII - XX

Nos dias 20, 21 e 22 de Outubro de 1998 realizou-se o I Encontro Minho Minas Gerais subordinado a temas do âmbito dos estudos de “População e Sociedade: século XVIII - XX”.

O Encontro foi organizado pelo Núcleo de Estudos População e Sociedade e Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Brasil, contando com os apoios da Universidade do Minho e Câmara Municipal de Guimarães.

A comissão científica era formada pelos professores doutores: Aluísio Pimentel, Celso Falabelo de Figueiredo Castro, J. M. Correia Neves (todos do IHGMG), Eugénio dos Santos (UP), Hélio Alves, Maria Norberta Amorim, José Viriato Capela, Franquelim Neiva Soares (todos da UM), Jorge Fernandes Alves (UP).

A comissão de organização local coube a Maria Norberta Amorim, Maria do Rosário Fernandes, Ana Silvia Scott, Miguel Monteiro e Jorge Guimarães. O secretariado executivo era composto por Isabel Salgado, Dário Scott e Rolando Costa.

Os 85 participantes tiveram oportunidade de se confrontar com comunicações do âmbito de diversas áreas das Ciências Sociais.

Presidiu à sessão de abertura Vítor Aguiar e Silva, sendo constituída a mesa de recepção dos participantes por: Maria Norberta Amorim, José Viriato Capela, Celso Falabelo de Figueiredo Castro, António Magalhães (Presidente da Câmara de Guimarães), Lúcio Craveiro da Silva (Concelho Cultural da Universidade do Minho) e José M. Correia Neves.

Esteve presente na cerimónia de encerramento o reitor da Universidade do Minho, Licínio Chainho Pereira.

Os trabalhos, que tiveram, nos dois primeiros dias, como palco o Anfiteatro Nobre do Pólo de Azurém da Universidade do Minho (Guimarães), iniciaram-se com a conferência proferida por Paulo Gomes Leite, subordinada ao tema “As ligações entre a Maçonaria do Brasil e de Portugal no século XVIII”. O conferencista, centrando-se na figura de Francisco Álvaro da Silva Freire,

com ascendência em Guimarães, fundamentou, através da trajectória das suas ligações à maçonaria, o quadro do comportamento das elites do século XVIII. Com base em correspondência, o autor demonstrou que “Silva Freire estava ligado a uma conexão maçónica de âmbito internacional”.

Posteriormente, deu-se entrada num período destinado a comunicações de investigadores brasileiros.

Alain Penido, com o tema “Portugal e Brasil uma Pátria só”, circunscreveu a sua comunicação ao contexto da Administração Colonial, à Insurreição Pernambucana, Ciclo do Ouro, Inconfidência Mineira e Instalação da Corte no Brasil, buscando o sentido de uma identidade cultural e histórica - Portugal e Brasil.

Por sua vez, Guaracy de Castro Nogueira, deu a conhecer “A presença portuguesa em Minas Gerais”, apresentando uma extensa comunicação de carácter descritivo-genealógica sobre famílias portuguesas e troncos familiares em Minas Gerais, recuando aos inícios da colonização do Brasil. Servindo-se de um recenseamento feito em Minas Gerais de 1831, apresentou ainda elementos quantitativos da população de duas Freguesias, classificando diferentes grupos étnicos.

Por último, Maria da Conceição Piló Bettencourt exaltou a figura de José de Anchieta, apresentando um trabalho de natureza literária.

A sessão da tarde do primeiro dia foi preenchida com a apresentação de intervenções de investigadores da Universidade do Minho.

Assim, começou por ser dada a conhecer a comunicação de José Viriato Capela, com o título “Documentação do Arquivo Distrital de Braga - U. Minho - com interesse para o Brasil”. Concluída esta intervenção, o mesmo investigador, juntamente com Maria da Conceição Falcão, apresentaram “Saídas clandestinas do norte de Portugal em meados do século XIX” seguiu-se a apresentação do Projecto “Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de paróquias

e História das Populações” - um projecto do NEPS que toca o Brasil.

Maria Norberta Amorim desenvolveu a perspectiva demográfica do referido projecto, enquanto Justino Magalhães perspectivou a sua comunicação nos aspectos culturais, particularmente na construção de indicadores de graus de alfabetização, partindo do estudo das assinaturas inscritas nos documentos paroquiais.

Posteriormente, foi a vez de Miguel Monteiro dar a conhecer “Os «brasileiros» nas vilas do Minho - o caso de Fafe”. Foi referido nesta comunicação o efeito dos emigrantes de retorno nas suas terras de origem, particularmente nos aspectos económicos, sociais e culturais. A comunicação sublinhou a interdependência existente entre as comunidades dos «brasileiros» e dos seus conterrâneos de origem nas vilas portuguesas, nomeadamente em Fafe.

O dia 21 iniciou-se com a comunicação de José Luiz de Vasconcelos Barros - “Minas: um caminho português. Acção Política do Presidente Artur da Silva Bernardes”. O investigador, servindo-se da trajectória devida do referido Presidente do Brasil (1922-1926), exaltou esta figura histórica a quem chamou “O homem mineiro”. O autor apresentou alguns elementos de carácter familiar, social e geomorfológico na busca da configuração do perfil desta personagem.

Paulo de Tarso Motta Ferreira troxe do Brasil “A importância da construção da Sociedade Campanhense a partir da presença portuguesa no sul de Minas Gerais”. O autor destacou as figuras de José Manuel Pires (1878) e José Manuel Pires Sobrinho (1905) como imigrantes portugueses com a acção significativa em diferentes sectores da vida económica, social e cultural da cidade e Campanha.

Em “Presença portuguesa no Caminho Novo dos Campos Gerais”, Wilson de Lima Bastos descreveu o ressurgimento de Caminho Novo e a importância da presença portuguesa na sua construção.

Guaracy de Castro Nogueira apresentou neste encontro “Amor e Saudade, as palavras mais bonitas de nossa língua comum”.

Celso Fallabela de Figueiredo Castro, com o tema “Pedro Afonso Galvão de São Martinho e a zona da mata mineira (as áreas proibidas dos Sertões de Leste)”, debruçou-se sobre as primeiras diligências (1784 e 1736) dos Sertões nas áreas proibidas que “permitiram o início do povoamento das terras férteis da região sul da zona da mata levadas a cabo pelo Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, natural de Campo Maior, em Portugal. Trata-se de uma iniciativa tomada no período do Governo de Luis da Cunha Menezes e que vem de alguma maneira reabilitar esta figura enquanto governador da Capitania de Minas Gerais.

A finalizar José Marques Correia Neves presenteou os espectadores com “O significado dos bens minerais no desenvolvimento do Brasil no século XVIII e XIX”. Esta comunicação constituiu uma perspectiva pouco utilizada em Ciências Sociais dado que propõe uma síntese entre a Demografia, o contexto geológico e o processo económico e social da construção de Minas Gerais. Numa perspectiva multidisciplinar propõe uma abordagem original num período particular da História do Brasil.

No dia 22, as sessões de trabalho decorreram no Paço dos Duques de Bragança, na cidade de Guimarães.

Ali, coube a Jorge Fernandes Alves fazer a síntese de um conjunto de comunicações espontâneas portuguesas. Logo após a apresentação dos resumos, cada um dos autores comentou o conteúdo do seu trabalho.

Entre as referidas comunicações, destacamos os títulos: “O percurso migratório do padre João Soares Bran-

ção - comissário do Santo Ofício” - de Carlota Santos -; “Os escravos do Mosteiro de São Bento de Olinda” - de Olinda Pereira -; “A morte de emigrantes portugueses no Brasil no final do século XIX” - de Sandrine Remegaldo -; “A Confraria de N^a Sr^a do Carmo de Lemenhe e papel dos Brasileiros” - de José Manuel Lages -; “Conjugalidade:



A mesa que presidiu à abertura do I Encontro Minho Minas Gerais

transgressões e resistência” - de Helder Almeida -; “Desvios Morais nas duas margens do Atlântico: o concubinato no Minho e em Minas Gerais nos anos setecentos” - de Ana Silvia Scott -; “Barcelinhos em luta pelo equilíbrio” - de Inês Faria -; “A exploração Mineira: factor estruturante da organização demográfica e social de Minas Gerais” - de Ana Maria Matos e de Alice Campos Martins -; “Um projecto frustrado de aproximação - a proposta de um Congresso Luso-Brasileiro nos primeiros anos da República” - de Jorge Silva -; e “A emigração subsidiada para o Brasil - de Ovar para São Paulo (1937-1938)” - de António Manuel Tavares.

A tarde iniciou-se com a comunicação de Syllas Agostinho Ferreira - “Aspectos Económicos das Minas Gerais do século XVIII”. O investigador debruçou-se sobre o processo de controle da actividade de mineração do ouro, no contexto económico e social local.

Por sua vez, Ismaíla de Moura Nunes falou sobre “A cidade do Rio de Janeiro”. A autora apresentou uma comunicação que ilustrou de forma rigorosa o processo da construção e

crescimento da cidade do Rio de Janeiro, marcando três momentos significativos: 1557 - a cidade nos primórdios da sua fundação; 1700 - ocupação da Baixa pelo arruamento; 1808 - a época da chegada de D. João à cidade.

Regina Almeida levou ao Paços dos Duques a palestra “Caraça: síntese da Educação, Cultura e Humanismo em Minas Gerais”. Na comunicação, partindo da figura do fundador do Colégio a que se refere, caracterizou os três momentos mais significativos por que passou a instituição: o período português, francês e brasileiro. A finalizar, avançou com uma proposta de orientação de acção para a sitada instituição.

“Contribuição ao estudo do património histórico e artístico da cidade de Diamantina” foi o tema escolhido por Luciano Amedée Peret. Nesta comunicação, o autor apresentou a origem e a evolução da cidade de Diamantina, bem como a análise da sua arquitectura civil e religiosa.

Para concluir, Syllas Agostinho Ferreira produziu o trabalho “A sociedade mineira no século XVIII - A Família”. O comunicador apresentou alguns indicadores descritivos para a estratificação social em Minas Gerais no século XVIII, bem como alguns dados quantitativos da população.

O Encontro encerrou com a conferência de Raymundo Nonato Fernandes, subordinada ao tema “As origens de Minas Gerais: a formação da consciência - a Mineiridade”.

Constituiu parte do intercâmbio entre os participantes uma visita guiada à cidade de Guimarães e um jantar de despedida realizado numa casa de turismo de habitação da cidade, onde os participantes trocaram lembranças de natureza científica.

Boletim da Associação de Demografia Histórica (ADEH)

1998 – XVI – I

Com apresentação de Maria Norberta Amorim e António Amaro das Neves, esta edição do Boletim da ADEH, sendo exclusivamente dedicada à divulgação de estudos desenvolvidos por investigadores lusófonos no âmbito do NEPS, assinala o interesse que a Demografia Histórica e a prática de métodos micro-analíticos vêm despertando no seio da comunidade universitária portuguesa, empenhada no conhecimento da história das populações.

Neste número, procedemos a uma apresentação sumária dos primeiros cinco dos onze trabalhos publicados:

Maria Hermínia Vieira Barbosa “Reconstituição de paróquias e aprofundamento dos estudos de mortalidade infanto-juvenil da comunidade de Esporões (séculos XVII-XX)”

Na sequência da reconstituição da paróquia de Esporões, freguesia rural localizada na periferia da cidade de Braga, a autora desenvolve um estudo de mortalidade infantil, evidenciando a influência de factores demográficos intimamente relacionados com a primeira infância: a idade materna, a ordem dos nascimentos, a paridade da descendência e a extensão dos intervalos intergenésicos.

Abrangendo um largo período, compreendido entre 1590 e 1979, a regularidade dos registos de óbitos infantis (apenas interrompida entre 1720/1809 e 1840/1849) permite fundamentar uma análise de longa duração, onde são detectados fluxos e refluxos contínuos de mortalidade e uma tendência para o seu declínio a partir da segunda metade do século XIX. Ainda elevada entre 1900 e 1949 (com uma taxa corrigida de 143‰) a mortalidade infantil na freguesia acelera o seu movimento descendente na década de 50, momento que assinala uma viragem decisiva na sua evolução ao longo do tempo.

Partindo deste quadro geral, o posterior cruzamento das variáveis acima referidas permite adiantar algumas conclusões: - em período de fecundidade “natural” a mortalidade neonatal e infantil tende a relacionar-se com a idade materna, incidindo em maior grau sobre as famílias de média e grande dimensão;

- provavelmente devido a razões endógenas, é nos primeiros partos que a taxa de mortalidade infantil se revela mais elevada;

- em período de controle de natalidade, coincidente com a melhoria das condições médico-sanitárias verificadas nas sociedades contemporâneas, os níveis de mortalidade infantil diminuem, como seria de esperar, embora em descendências elevadas se equiparem aos do período anterior;

- observando a extensão dos intervalos intergenésicos, é ainda possível constatar que, tanto no primeiro como no segundo períodos onde se registam elevadas taxas de fecundidade legítima, o risco de óbito é manifestamente superior quando esses intervalos são mais curtos.

Esta última conclusão (apesar da interferência de factores influentes e não testados como as epidemias) aponta para uma forte relação entre fecundidade e mortalidade infantil, interpretável a partir de uma variável intermédia: a amamentação.

Maria Norberta Amorim - “Fecundidade legítima de longa duração e especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680-1980)”

Considerando a fecundidade como fenómeno privilegiado para a explicação das grandes mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas, Maria Norberta Amorim procede à sua análise para duas paróquias do Médio Ave, Ronfe (Guimarães) e Ruivães (Famalicão), utilizando como suporte empírico as bases de dados construídas pela sua reconstituição desde finais do século XVI até ao início de 1993.

Este estudo sublinha a importância da microanálise para uma maior compreensão das actuais dinâmicas demográficas e, simultaneamente, a necessidade de se proceder à detecção das variações regionais relativamente ao modelo de transição demográfica, uma vez que este não se caracteriza de maneira uniforme, nem à escala europeia nem à escala da Península Ibérica. Por outro lado, é igualmente destacada a dependência do sistema demográfico relativamente a factores que transcendem a esfera económico-social (tradicionalmente responsável pelo processo

de transição), como a religião e o comportamento político que apresentam variações regionais significativas e reforçam o interesse em prolongar a micro-análise até à época contemporânea. De facto, se pretendermos identificar as causas do declínio da fecundidade e determinar os factores explicativos dos seus diferentes níveis por parte dos casais, a informação censitária revela-se insuficiente, sendo necessário enveredar por uma aproximação micro-analítica, com identificação de famílias e indivíduos socialmente caracterizados.

Para a análise da evolução da fecundidade nas paróquias reconstituídas de Ronfe e Ruivães, consideradas elementos válidos de amostragem para a zona do Médio Ave, foram seleccionados indicadores privilegiados como a taxa de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, a idade das mães ao nascimento do último filho e a descendência teórica. Através de uma partição temporal em seis períodos, concluiu-se que:

- antes de 1750, as taxas de fecundidade são mais elevadas do que nos períodos seguintes;

- entre 1750 e 1929 a sua descida é sensível, com uma vida reprodutiva das mulheres a igualar a do período anterior e que se manterá na idade de 40 anos até à década de 50 deste século. Apesar desta queda, a dimensão da família não se reduz;

- entre 1930 e 1949 as taxas de fecundidade atingem níveis elevados, não observados anteriormente, enquanto a vida reprodutiva das mulheres regista uma redução intensa baixando até aos 37 anos;

- a partir da década de 60 as taxas de fecundidade acusam os efeitos do controle da natalidade (que começa a insinuar-se durante a década de 50) atingindo os seus valores máximos no grupo de idades em que o casamento se realiza, enquanto se assiste a uma nova redução da vida reprodutiva das mulheres que se situa agora na idade de 35 anos.

Finalmente, através de uma observação comparativa entre populações rurais portuguesas, Maria Norberta Amorim salienta a especificidade de comportamentos verificados na região

do Baixo Minho onde a suavidade da morte leva a considerar a idade média ao primeiro casamento feminino como a variável de maior impacto sobre a dimensão da família, durante o largo período que precede a transição para uma fecundidade controlada. Relativamente a esta última fase, é lançado o desafio para uma investigação interdisciplinar alicerçada sobre as histórias reprodutivas dos casais, visando detectar os factores causais, tanto de ordem económica como social ou cultural, susceptíveis de fornecer uma explicação para as diferenças de ritmo observáveis no interior de um pequeno país como Portugal.

Helena Cristina Ferreira Machado – “Mães solteiras – uma abordagem geral”

Este estudo desenvolve-se a partir da constatação de que as mães solteiras, com filhos dependentes, representam uma fracção significativa e crescente da população nos países industrializados, facto que se reveste de um óbvio significado político no contexto de Estado Providência e, interagindo com padrões de avaliação moral, produz efeitos visíveis nos diferentes níveis societais.

Analisando a evolução da maternidade fora do casamento em Portugal, Helena Machado insiste sobre a grande diversidade regional observada, assim como sobre o aumento da ilegitimidade durante o século XIX que, segundo alguns autores, resultaria essencialmente da ocorrência de elevadas taxas de celibato definitivo devidas à rarefacção da população masculina provocada pela emigração (em algumas zonas do Norte) e da afluência de fluxos migratórios de trabalhadores de ambos os sexos, que estaria na origem de uma maior “instabilidade” dos casais (em algumas zonas do Sul).

Ao longo da primeira metade do século XX, e para o conjunto do país, observam-se os mais altos níveis de ilegitimidade nos distritos de Bragança, Vila Real, Viseu, Lisboa e Porto, sendo os distritos dos Açores e Madeira aqueles onde é menor a sua incidência. Por outro lado, se estas tendências se mantêm durante a segunda metade do século, acentua-se a clivagem entre as regiões onde tradicionalmente se registava uma elevada taxa de nascimentos ilegí-

timos e aquelas onde a maternidade dentro do casamento era a norma.

A interpretação dos dados fornecidos pelo último recenseamento nacional permite, ainda, caracterizar socialmente as mães solteiras que, de uma forma maioritária, se identificam com:

-um grupo de mulheres jovens e fortemente escolarizadas, assumindo posições de ruptura com a tradição e com a necessidade de enquadrar a procriação dentro de uma relação conjugal

-um grupo de mulheres pertencentes a estratos economicamente desfavorecidos e sujeitas a exclusão social.

Comparando a evolução dos nascimentos fora do casamento em vários países da Europa Comunitária verifica-se, a par de uma diminuição acentuada das taxas de natalidade, o seu aumento generalizado a partir de 1985. Neste conjunto, Portugal destaca-se como o país da Europa do Sul com maior proporção de nascimentos fora do casamento, aproximando-se dos níveis observados nos países mais industrializados da UE onde o número progressivamente mais elevado de casais vivendo em “união de facto” vem esbater a distinção entre situações de maternidade dentro e fora do casamento. Por outro lado, se exceptuarmos o caso do Reino Unido, é ainda em Portugal que, entre 1987 e 1990, se registam os mais elevados valores de maternidade precoce a qual parece resultar não só da liberalização dos costumes, ocorrida nas últimas décadas, mas ainda de uma deficiente divulgação de métodos anticonceptivos junto da população mais jovem.

Relativamente à evolução das famílias monoparentais chefiadas pela mãe, este estudo reforça, numa perspectiva comparativa, a peculiaridade do caso português. Com efeito, à semelhança do que se verifica nos restantes países da Europa do Sul, este tipo de estrutura familiar é aqui menos frequente, apontando para a influência de uma conjugação de factores de ordem económica, cultural e religiosa.

De um ponto de vista internacional, pode concluir-se que o número de mulheres não casadas com filhos a seu cargo tem tendência a aumentar, e que essas mulheres são particularmente vulneráveis às conjunturas globais de desemprego, precaridade de emprego e abaixamento de salários. Na sequência

de uma investigação realizada numa região do Norte do país, a autora refere, contudo, que a ineficácia dos serviços de Segurança Social em Portugal parece, em parte, ser suprida por eficientes mecanismos de entreajuda feminina.

De qualquer modo, encontrando-se ainda por determinar o leque de diferenciações que se oculta atrás da situação de mãe solteira, aparece como fundamental avançar no sentido de uma análise articulada que tenha em conta as configurações locais de mercado de trabalho, de estruturas familiares e de vizinhança assim como os quadros culturais de percepção da maternidade fora do casamento e dos papéis do homem e da mulher.

Miguel Monteiro – “Mobilidade geográfica e desigualdade social. Brasil destino de distinção”

Optando por uma abordagem micro-analítica, Miguel Monteiro propõe um estudo sobre o movimento migratório dos naturais do concelho de Fafe, identificados a partir do registo de passaportes para um período compreendido entre 1834 e 1926.

Deste universo de (e)migrantes, com pontos de partida e destinos distintos, foram construídas três amostras integrando os indivíduos que migraram para destinos internos entre 1834 e 1862, os que emigraram para destinos intercontinentais e solicitaram passaporte na Administração do Concelho entre 1834 e 1926 e os que emigraram para destinos intercontinentais com documentação do Governo Civil do Porto, entre 1836 e 1885. A caracterização destes sectores de população em mobilidade (relativamente ao sexo, idade, estado civil, alfabetização, lugar de saída e destino, tempo de ausência e profissão) permitiu colocar duas questões centrais:

-em que medida é que diferentes situações de mobilidade resultam de comportamentos sociais diferenciados?

-o Brasil, enquanto local de destino, terá constituído um destino de distinção social?

A contabilização do número absoluto de (e)migrantes, ao longo de todo o período, e o cálculo das taxas de emigração para os anos abrangidos pelos recenseamentos nacionais permitem concluir por um irregular impacto dos movimentos migratórios, com momen-

tos de maior intensidade nos anos de 1890 e 1911 e uma expressão quase nula entre 1916 e 1921, resultante da crise económica que o Brasil atravessa nessa data e que atinge seriamente a classe operária em geral, e os imigrantes em particular.

Observando a natureza individual ou colectiva de todos os passaportes, constatou-se ainda que se a maioria dos emigrantes era portadora de um passaporte individual, é expressiva a percentagem daqueles que requerem um passaporte colectivo, incluindo indivíduos do mesmo grupo etário, membros da mesma família e frequentemente os criados, em caso de reemigração.

Delimitadas as idades dos emigrantes em três grandes grupos, verificou-se que 53% tinham menos de 24 anos, enquanto 43.2% se situavam entre os 25/49 e apenas 3.7% pertenciam ao grupo compreendido entre os 50/74 anos de idade. Por outro lado, a predominância da saída de indivíduos de sexo masculino com idade inferior a 14 anos deixa transparecer a influência de condicionamentos normativos de natureza militar, já que a obtenção de passaporte, para um país estrangeiro e para idades superiores a 13 anos, se encontrava legalmente sujeita a mecanismos de fiança ou substituição. A partir do início do século XX a estrutura etária da emigração apresenta uma maior regularidade, mantendo-se uma fraca emigração nos indivíduos menores de 10 e com mais de 50 anos de idade. Contrariamente, no que se refere às migrações para destinos internos ou regionais, verificou-se que estas afectavam preferentemente a faixa etária dos 15 aos 44 anos, excluindo por princípio as crianças, os adolescentes e os idosos.

Quanto à participação do sexo feminino nas várias situações de mobilidade, entre 1834 e 1926, concluiu-se que ela foi maior na emigração directa de Fafe onde atinge os 9%, enquanto que para os que saem do Porto não ultrapassa os 3% e para os destinos regionais se confina a uma reduzida expressão de 1%.

Considerando o estado civil, quando o destino migratório foi o regional, as percentagens de solteiros e casados envolvidos assumem valores muito próximos, acentuando-se essa diferença quando o destino foi externo, sobresaindo então uma maior proporção de

solteiros, sobretudo relativamente aos que partiram da cidade do Porto.

Verificou-se ainda que, enquanto nas migrações internas predominaram os indivíduos não alfabetizados (70% da amostra), na emigração a população escrevente era maioritária atingindo uma percentagem de 64%. Se, no primeiro caso, a insuficiência dos dados relacionados com a ocupação profissional não permite avaliar com exactidão a prevalência de determinados ofícios ou actividades profissionais, relativamente à emigração é possível avançar que a maior parte dos indivíduos saídos de Fafe exerciam a sua profissão no sector primário, enquanto os que saíram da cidade do Porto se identificavam fundamentalmente com o sector terciário.

Como destinos específicos nas migrações regionais destacaram-se, por ordem de grandeza, a região do Alentejo, Chamusca, Mora, Porto, Lisboa e Coruche; como destino de emigração, a América do Sul, e muito particularmente o Brasil, constituiu a escolha principal, absorvendo 96.4% dos indivíduos incluídos na amostra correspondente aos residentes em Fafe e 99% dos que obtiveram passaporte através do Governo Civil do Porto.

António Amaro das Neves – “Um enigma demográfico: a ilegitimidade no Minho do Antigo Regime”

Basicamente assente na reconstituição de quatro paróquias (Donim, Gondomar, Santa Maria e S. Salvador de Souto) localizadas no Norte do concelho de Guimarães, esta investigação visa analisar o fenómeno da natalidade ilegítima na região do Minho, entre o último quartel do século XVI e o final do século XVIII. Procurando, igualmente, definir o seu enquadramento no contexto português, o autor recorre ainda à contagem de actos de baptismo e óbito em mais sete paróquias minhotas (S. Cláudio de Barco, Santo Estêvão, Santa Leocádia, S. Salvador de Briteiros, Gonça, Santa Eufémia e Santo Tirso de Prazins) e a um processo de sondagem realizado sobre as fontes paroquiais de outras duas comunidades do Alentejo (S. Brissos) e Algarve (Algoz).

Contrastando com as baixas taxas de ilegitimidade genericamente observadas nas sociedades europeias (as quais se revelam particularmente redu-

zidas em França), os resultados já obtidos para Portugal apontam, por norma, para valores bastante mais elevados, embora algumas zonas tendam a projectar um regime idêntico ao europeu. Com efeito, a sondagem efectuada em S. Brissos, para o período situado entre 1650 e 1750, revela uma percentagem de ilegitimidade da ordem dos 4.3% e, atendendo a que a maior parte destas crianças são filhos de mulheres escravas e portanto considerados naturais, o valor correspondente à população livre não ultrapassa os nove ilegítimos em cada mil nascimentos. Esta baixa frequência de ilegitimidade, equivalente à que foi calculada para a paróquia algarvia de Algoz, confirma a existência de diferentes regimes no interior do país cuja distribuição geográfica ainda não é completamente conhecida. No entanto, agregando as informações proporcionadas pela reconstituição de várias paróquias em variadas situações espaciais¹,

¹ Para este estudo, além dos dados recolhidos pelo autor, foram utilizadas as estatísticas constantes nas seguintes obras: ALVES, Jorge Fernandes, (1986) *Uma comunidade rural do Vale do Ave. S. Tiago de Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*, Porto, Faculdade de Letras da UP, dissertação de mestrado; AMORIM, M. Norberta, (1973) *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional; AMORIM, M. Norberta, (1980) *Método de exploração dos livros de registos paroquiais. Cardanha e a sua População de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do INE; AMORIM, M. Norberta, (1983/4) “S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830” in *Brigantia*, Bragança; AMORIM, M. Norberta, (1987) *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, INIC; AMORIM, M. Norberta, (1992) *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, Braga, ICS, Universidade do Minho; ARAÚJO, Maria Marta de, (1992) *O Pico de Regalados e a sua População*, Braga, ICS, Universidade do Minho, dissertação de mestrado; BRETTEL, Caroline, (1991) *Homens que partem, mulheres que esperam – consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Pub. D. Quixote; GOMES, Maria Palmira da Silva, (1996) *Estudo Demográfico de Cortegaça (1583/1975)*, Braga, ICS, Universidade do Minho, dissertação de mestrado; MAIA, Rui Leandro Alves da Costa, (1996) *São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1925 (Estudo Demográfico)*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa; MIRANDA, Fernando A. da Silva, (1993) *Estudo demográfico de Alvito. S. Pedro e anexa*, Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito; NETO, M. de Lourdes Akola da Cunha Meira do Carmo da Silva, (1959) *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º quartel do século XVIII (Ensaio de Demografia Histórica)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos

o autor procede ao enquadramento da ilegitimidade em Portugal identificando três regimes distintos:

-um regime de baixa frequência (detectado a partir das amostras de S. Brissos e Algoz) que reproduz o padrão definido para a Europa rural

-um regime de média frequência, com uma percentagem de ilegitimidade rondando os 5%, integrando regiões tão diversas como Trás-os-Montes, Lisboa, Porto, Cortegaça e Açores

-um regime de alta frequência correspondente à região do Minho, cujos valores se elevam acima dos 10%

Para o Norte de Guimarães, são apresentados os resultados obtidos no conjunto das onze paróquias estudadas, segundo uma partição temporal em quatro períodos: o primeiro, situado entre 1560 e 1609, corresponde a uma época onde em cada mil nascimentos 177 são ilegítimos; entre 1619 e 1659 este valor ascende aos 220 por mil; de 1660 a 1759 os valores rondam a média global de todo o período observado com 146 ilegítimos em cada mil nascimentos; finalmente, entre 1760 e 1799, assiste-se a um progressivo decréscimo da frequência de ilegitimidade que se reflecte numa média global de 111 por mil.

Acresce que, embora prevaleça a percepção de que a ilegitimidade tende a exprimir-se mais intensamente em meios urbanos, a comparação dos níveis atingidos na zona urbana do concelho e na zona rural, a norte, revela exactamente o oposto, observando-se frequentemente que as crianças ilegítimas nascidas na vila de Guimarães iam a baptizar nas paróquias rurais vizinhas.

Por outro lado, contrariando o princípio da variação da frequência da ilegitimidade em função do rigor do controle social, é nos meados de seiscientos que o fenómeno mais se expande, refluindo nos finais de setecentos ao contrário do que seria de esperar, numa época caracterizada pelo abrandamento da pressão social e religiosa.

ficos; SOARES, Odete do Carmo Santos, (1995) *Unhão: Paróquia e Concelho. Uma Análise Histórica da sua População, 1515/1910*, Braga, ICS, Universidade do Minho, dissertação de mestrado.

Os indicadores utilizados apontam, finalmente, para uma correlação negativa entre o volume total de nascimentos e a evolução da proporção de ilegítimos, sugerindo uma forte ligação do fenómeno com as crises populacionais, geradoras de desfasamentos no sistema reprodutivo da população.

Expostas as principais divergências de comportamentos observados no Minho e em vários contextos europeus do Antigo Regime, António Amaro das Neves salienta que, se estamos perante um fenómeno complexo sujeito à influência de factores sociais, económicos, culturais, ambientais e comportamentais, este deverá ser simultaneamente interpretado como resultante de um forte desequilíbrio entre os sexos, motivado pelos amplos movimentos migratórios que afectaram persistentemente a população activa masculina da região minhota. Neste sentido, assume particular importância a contribuição metodológica da demografia micro-nominal que, permitindo o acesso ao conhecimento das histórias de vida individuais, abrirá seguramente perspectivas inovadoras no campo da história social, económica ou das mentalidades.

Carlota Santos

Prémio de História Alberto Sampaio 1998

Estão abertas, até ao próximo dia 31 de Dezembro, as candidaturas ao "Prémio de História Alberto Sampaio 1998".

Esta é uma iniciativa da Câmara Municipal de Guimarães, que conta ainda com a promoção da Câmara Municipal de Vila Verde.



... e um
FELIZ ANO NOVO

Apresentação de candidatura

Com vista ao acto eleitoral da Associação de Demografia Histórica (ADEH), agendado para o dia 16 de Dezembro, no Centro de Estudos Demográficos da Universidade Autónoma de Barcelona, foram apresentados recentemente os nomes da única lista candidata a sufrágio.

Assim, a referida lista é composta por David Reher (Madrid), Norberta Amorim (Braga-Guimarães), Manuel Ardit Lucas (Valencia), Llorenç Ferrer y Alos (Barcelona), Mercedes Lázaro Ruiz (Logroño), Fernández Mikelarena Peña (Navarra-Huesca), José Manuel Pérez García (Ourense), Maria Luís Rocha Pinto (Lisboa) e Alberto Sanz Gimeno (Madrid).

Entre os objectivos propostos, a equipa candidata quer prolongar o bom trabalho desenvolvido pelos Conselhos anteriores da ADEH. No entanto, anuncia a necessidade de introduzir mudanças de forma a renovar profundamente a ADEH, na tentativa de atender melhor as expectativas dos seus sócios.

Nesse sentido, caso venha a ser eleita, a candidatura tem como prioridade as seguintes iniciativas e metas:

1) Levar a cabo uma avaliação do estado actual da ADEH, das necessidades no campo da Demografia Histórica e dos seus investigadores, de forma a determinar a melhor maneira da ADEH

cumprir melhor o seu papel, já tradicional, de estímulo à investigação e de promoção do intercâmbio de ideias científicas.

2) Procurar a melhor maneira de dinamizar os Congressos da ADEH, trocando - caso seja necessário -, a estrutura organizativa, para que se consiga um maior grau de participação das pessoas que apresentam comunicações nos mesmos. Este reajustamento incluirá uma reavaliação das políticas de publicação relacionadas com os congressos.

3) Tomar as medidas necessárias para organizar o próximo Congresso da ADEH. De momento, existe uma proposta quase certa de realizar o Congresso em Portugal (Castelo Branco). Será tarefa prioritária do novo Conselho confirmar esta oferta ou, caso esta não se concretize, explorar outras possibilidades propostas.

4) Descobrir formas para aumentar a oferta de publicações da ADEH, quer através do "Boletín", quer de outras maneiras.

5) Levar a cabo uma reavaliação dos vínculos entre a ADEH e outras associações, tanto espanholas e portuguesas como de outras nacionalidades.

6) Impor, na medida do possível, uma austeridade nos gastos, a fim de conseguir um rendimento máximo das quotas dos sócios em matéria de publi-

cações e de outros serviços que ADEH lhes pode proporcionar.

7) Explorar novas vias para estimular a investigação no campo da Demografia Histórica em Espanha e Portugal. Entre estas vias cabe citar a criação de grupos de trabalho ou a organização de seminários sobre temas concretos com um número limitado de participantes.

8) Deslocar o Secretariado da ADEH para a "Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid", onde se conta com o espaço e os meios necessários para levar a cabo as actividades próprias do mesmo.

9) Propor que o Secretariado seja integrado por: David Reher (presidente), Maria Luís Rocha Pinto (vice-presidente) e Alberto Sanz Gimeno (secretário). Propor ainda que Fernando Mikelarena continue no cargo de Editor do "Boletín".

10) Continuação dos serviços tradicionais da ADEH como, por exemplo, o serviço de Intercâmbio Bibliográfico.

11) A criação de uma página Web para a ADEH, onde figurará informação acerca da mesma o que facilitará o acesso a distintas bases de dados.

Refira-se que os votos poderão chegar às urnas no horário compreendido entre as 09H00 e as 17H00 do referido dia 16 de Dezembro.

BOLETIM INFORMATIVO DO NEPS

Publicação do Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Pólo de Azurém – Guimarães

Directora: Coordenadora do NEPS

Colaboradores desta Edição: Maria Norberta Amorim, Jorge Brandão, Miguel Monteiro, Carlota Santos, Teodoro Afonso da Fonte, Rolando Costa, Isabel Salgado, Daniel Freitas, Natália Silva

NEPS

Universidade do Minho, Pólo de Azurém, 4800 Guimarães

Telefone/Fax (053) 51 01 87

e-mail: neps@eng.uminho.pt

Boletim Informativo do NEPS aceita contribuições para os seus próximos números, que serão submetidas à apreciação dos editores.

Solicita ainda notícias de eventos, publicações e investigações na área de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Depósito Legal n.º 125306/98

Tiragem: 200 exemplares

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.